

**OS USOS E ABUSOS DA TEORIA DOS CAMPOS ESTRATÉGICOS DE FLIGSTEIN E McADAM  
PELA COMUNIDADE ACADÊMICA BRASILEIRA**

**ANA JANE BENITES**  
EACH - USP

**ANDRÉ FELIPE SIMÕES**  
EACH - USP

# OS USOS E ABUSOS DA TEORIA DOS CAMPOS ESTRATÉGICOS DE FLIGSTEIN E McADAM PELA COMUNIDADE ACADÊMICA BRASILEIRA

## 1. INTRODUÇÃO

Enquanto a inovação de ruptura introduz elementos totalmente novos em seu domínio de aplicação, a inovação de continuidade reaproveita aqueles já existentes, combinando-os e/ou aprimorando-os (TUSHMAN & MURMANN, 1998; MALERBA & MANI, 2009). Fligstein e McAdam, sociologistas americanos, ao proporem, há cerca de dois séculos, sua Teoria dos Campos Estratégicos (TCE), não criaram um quadro cognitivo totalmente novo para a ciência econômica, mas harmonizaram referenciais já consolidados por outros sociologistas. Dentre eles, destacam-se a Teoria da Estruturação do inglês Giddens e a das Redes Sociais do também americano Granovetter (FLIGSTEIN, 2001).

Com seu compêndio teórico-analítico, Fligstein e McAdam preconizaram a mais ampla e meticulosa contestação provavelmente já perpetrada aos modelos econômicos clássicos e neoclássicos, os quais empregam visões subsocializadas das relações entre atores, ou mesmo neo-institucionalistas, sugerindo aproximações supersocializadas (GRANOVETTER, 1985).

Talvez esse tenha sido o diferencial de ruptura logrado pela dupla de sociologistas estadunidenses com relação aos modelos neoclássicos, pois sua inovadora compilação de arquétipos compromete-se a abordar e tratar todas as limitações clássicas e neoclássicas que obscurecem a compreensão do contexto de imersão social (GRANOVETTER, 1985) inerentes aos processos econômicos.

Um outro destaque é que, enfatizando a agência não necessariamente subordinada à racionalidade e otimização de lucros ou alocação de recursos pelos agentes econômicos, o arcabouço teórico-analítico de Fligstein e McAdam converte-se em ideal para a elaboração de estratégias para a sustentabilidade, políticas socioambientais, programas e arranjos de impacto e inovação social, além de outras iniciativas favoráveis ao desenvolvimento sustentável local e global.

A teoria da inovação, entretanto, sugere, como parte de seu ciclo de vida, também a difusão e uso (VARGO et al., 2020). E estas são dependentes dos usuários e de suas práticas e ambientes de utilização (MALERBA & MANI, 2009). Assim, duas décadas após a publicação do primeiro manuscrito sobre a TCE de Fligstein e McAdam, a inovação por eles desencadeada a partir do panorama geopolítico de países desenvolvidos do hemisfério norte continua propagando-se, alcançado cada vez mais adeptos agora entre a comunidade acadêmica das nações em desenvolvimento ao sul do globo terrestre.

Na conjuntura econômica dos países pobres do sul, ao contrário do que acontece com as nações ricas do norte, os impasses da desigualdade socioeconômica e do hiato técnico-científico histórico adquirem proporções estruturais que impelem os agentes econômicos à supersocialização. Isto é, a habilidade social de atores

isolados que desafia os estruturalismos e neoestruturalismos, central para a TCE, tende a ser neutralizada sob o cenário dos mercados periféricos latinoamericanos. E a importância do Estado como ator regulador e empreendedor institucional, um arquétipo neoestruturalista, cresce sobremaneira (PÉREZ, 2016).

Desta forma, faz-se oportuna uma investigação sobre as contribuições do emprego da TCE de Fligstein e McAdam quanto ao desenvolvimento sustentável e empreendedorismo social sob tais realidades estruturais antagônicas aos fundamentos sociológico-econômico-neoinstitucionalistas da teoria (NEE, 2005).

Particularmente no caso brasileiro, em que se tem observado o avanço de políticas neoliberais igualmente contrárias aos neoestruturalismos recomendados aos Estados latinoamericanos (PÉREZ, 2016), a apuração das condições de difusão e uso da TCE pela sua comunidade-chave de usuários, a acadêmica, poderia evidenciar usos e abusos na administração local da TCE de maneira a norteá-los para influenciar positivamente o desenvolvimento sustentável da nação. E, assim, acumular lições aprendidas que poderiam ser reaproveitadas por outros países latinoamericanos e periféricos.

## **2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO**

Sob a égide das considerações pormenorizadas na seção anterior, o presente trabalho almeja ampliar a ainda incipiente análise sobre a efetividade da aplicação, pela comunidade acadêmica brasileira, da TCE de Fligstein e McAdam no contexto nacional.

O objetivo geral em preencher tal lacuna de conhecimento é desdobrado nos objetivos específicos de (i) elencar as principais instituições brasileiras de ensino superior que originaram trabalhos científicos referenciando a TCE de Fligstein e McAdam; (ii) apurar a quantidade e variedade desses trabalhos publicados; (iii) identificar as áreas de conhecimento que mais publicaram trabalhos científicos aplicando a teoria, verificando seu vínculo com as ciências ambientais e da sustentabilidade; e (iv) analisar as mais relevantes formas de aplicação da TCE nesses trabalhos e suas implicações para a formulação de estratégias de sustentabilidade no contexto brasileiro.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **3.1. Fundamentos da Teoria dos Campos de Fligstein**

A Teoria dos Campos de Fligstein deriva de princípios da sociologia econômica, dos movimentos sociais e das teorias institucionais sociológica e política (FLIGSTEIN, 2012, p.03). Ela integra elementos dessas áreas de conhecimento - ação coletiva, espaço social, cultura, organização, estado e mobilização (FLIGSTEIN, 2012, p.06) - para melhor compreender as origens da estabilidade e

mudança em campos de ação estratégicos (FLIGSTEIN, 2012, p.10). Estes, por sua vez, são entendidos como arenas socialmente construídas nas quais os atores, munidos de competências e recursos diversos, buscam vantagens, como recompensas materiais, de poder e *status* (FLIGSTEIN, 2012, p. 05, 10). Nessa competição entre atores imersos socialmente, tais campos de batalha dão origem a novos campos, transformam-se ou estabilizam-se em processos de institucionalização (FLIGSTEIN, 2012, p.05) pelos quais regras evoluem de abstrações para a base de padrões de interação nos campos (FLIGSTEIN, 2001, p. 108).

Naturalmente, estas regras ou significados compartilhados que fundamentam as instituições afetam e restringem as circunstâncias dos atores em seus embates (FLIGSTEIN, 2001, p. 108). Mas isso não necessariamente implica numa agência sempre determinada passivamente pela obediência a sistemas de normas e valores internalizados pelos atores (GRANOVETTER, 1985, p. 483,485) sob o enquadramento em estruturas ou categorias sociais que eventualmente ocupem (GRANOVETTER, 1985, p. 487), como a teoria neo-institucionalista propõe sob o mecanismo de supersocialização (FLIGSTEIN, 2001, p. 107,110). Por outro lado, igualmente não há total consistência no modelo neoclássico subsocializado de agência sob concorrência perfeita em que atores atomizados comportam-se exclusivamente de maneira racional e utilitária, defendendo interesses próprios na busca da maximização de lucros (GRANOVETTER, 1985, p. 483,484,506).

Em lugar dessas aproximações atomizadas (GRANOVETTER, 1985, p. 485), Fligstein elabora uma nova concepção socialmente construída de agência, com raízes na interação simbólica, chamada de habilidade social (FLIGSTEIN, 2001, p. 105). Por meio dela, atores hábeis, sob os papéis de incumbentes (dominantes), unidades de governança ou desafiadores (desafiantes), são capazes de, empaticamente, absorver a perspectiva de outros atores, persuadindo-os à cooperação (FLIGSTEIN, 2012, p. 13-14; FLIGSTEIN, 2001, p. 106, 108).

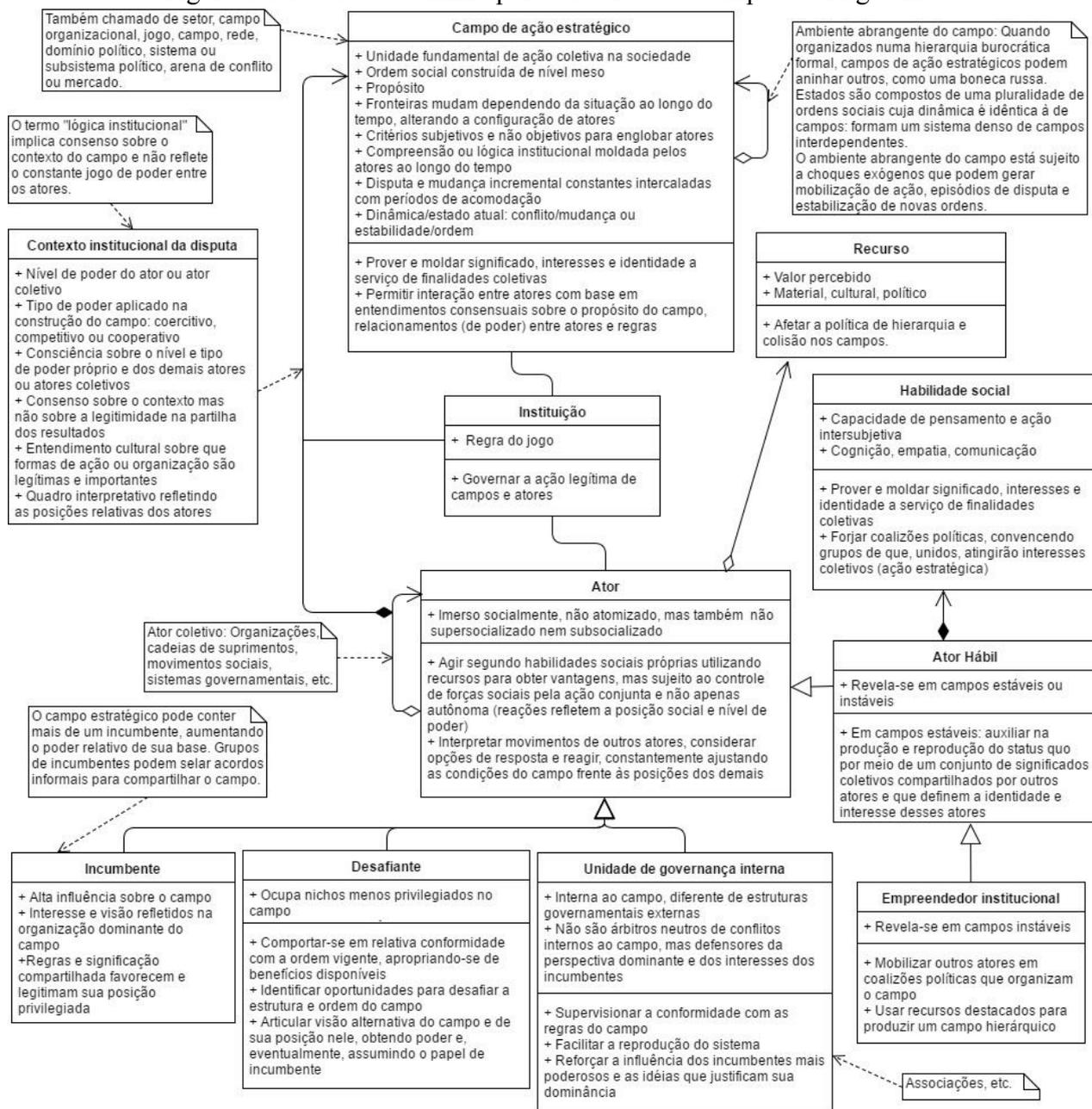
Assim, grupos de atores incumbentes, que detém maior influência num campo de ação estratégico, utilizam habilidades como edificação de identidades e significados compartilhados pela apropriação de recursos materiais e existenciais (FLIGSTEIN, 2012, p. 15,18) para legitimar sua posição privilegiada no campo, forjando regras que os favoreçam (FLIGSTEIN, 2012, p. 13) e defendendo a manutenção de seus recursos e poder superiores (FLIGSTEIN, 2012, p. 20). Para isso, esses atores coletivos contam, tipicamente, com grupos de apoio à reprodução da ordem vigente, as unidades de governança internas (FLIGSTEIN, 2012, p. 13-14). Estas unidades, também atores hábeis, facilitam a manutenção do sistema, sua gestão, liderança e estabelecimento da lógica e regras do campo e na conexão com outros campos, geralmente alimentando a todos os demais atores com informações padronizadas para nortear decisões e ações (FLIGSTEIN, 2012, p. 14). Dentre seus papéis mais relevantes na perpetuação do domínio dos incumbentes, porém, está o de preservar o *status quo* durante períodos de conflito (FLIGSTEIN, 2012, p. 14) gerados por grupos desafiadores da estrutura e lógica do sistema (FLIGSTEIN, 2012, p. 13). Estes últimos, ocupantes de nichos menos beneficiados

no campo e, por isso, frequentemente aproveitando vantagens limitadas que o sistema oferece, também recorrem às dimensões cognitivas, empáticas e comunicativas das habilidades sociais para articular visões alternativas do campo, revertendo ou forjando coalisões e alianças políticas para assegurar cooperação intersubjetiva e melhorar sua posição nele, por vezes estabelecendo novas ordens ou campos após períodos de disputa (FLIGSTEIN, 2012, p. 13, 15, 17).

Os períodos ou episódios de disputa ou conflito, por sua vez, são iniciados por mudanças desestabilizadoras desencadeadas no próprio campo ou por choques exógenos provenientes de campos próximos (a partir dos quais são percebidos impactos de ações e/ou com os quais são mantidas ligações recorrentes), distantes (dos quais não se recebem influências e/ou com os quais não se conservam laços), verticais (aninhados hierarquicamente dentro de campos maiores), horizontais (alinhados paralelamente na hierarquia de campos), dependentes, interdependentes ou independentes (os quais experimentam influência de outros campos, entre si ou nenhuma influência, respectivamente) (FLIGSTEIN, 2012, p. 18-19). Se os desafiadores e incumbentes identificam uma oportunidade ou ameaça nesses momentos de instabilidade e mobilizam recursos organizacionais (apropriação social) para sustentar ação e os desafiadores insistem em interagir sob formas coletivas inovadoras durante tais ocasiões, a crise ou episódio de disputa se instala, alimentando incerteza compartilhada sobre as regras e balanço de poder estabelecidos no campo (FLIGSTEIN, 2012, p. 20-21). O estágio seguinte, de liquidação ou retorno à estabilidade, só é atingido quando a incerteza conflitiva é superada, o que pode significar, ocasionalmente, a instituição de novas práticas e regras, incluindo a inversão de papéis entre incumbentes e desafiadores e/ou novos atores e campos, fusão, desmembramento e *spin-off* entre campos e atores (FLIGSTEIN, 2012, p. 21-23). Ou, comumente, para períodos de conflito corriqueiros e repetitivos no ciclo de vida dos campos, cujo processo de transformação não seja tão profundo, mas apenas incremental, há uma retomada da ordem anterior com possíveis pequenas vantagens atribuídas aos desafiadores, quando incumbentes e unidades de governança internas são bem-sucedidos no emprego de suas vantagens materiais, culturais e políticas para perpetuar seu domínio (FLIGSTEIN, 2012, p. 12, 22).

As Figuras 1 e 2 salientam mais detalhadamente, em UML (FOWLER, 2004), esses e outros componentes principais da Teoria dos Campos e seus inter-relacionamentos, estaticamente (Figura 1) e na dinâmica de um episódio de disputa num campo de ação estratégico (Figura 2).

Figura 1: Modelo de domínio para a Teoria dos Campos de Fligstein



Fonte: Elaboração própria com base em FLIGSTEIN (2012) p.03-56 e FOWLER (2004)



passividade da iniciativa em atores do mundo real (FLIGSTEIN, 2001, p. 107, 110). Ao contrário, enfatiza as capacidades de manobra desses agentes para a mobilização social e sustentação de poder em ambientes mais estáveis e, em cenários turbulentos, a contribuição dessas habilidades sociais com o papel do empreendedor institucional, que pode ser um incumbente, desafiador ou unidade de governança interna competente na criação de novos sistemas de significado para mobilizar estrategicamente os demais atores e induzir mudanças ou inovações radicais na estrutura de campos (FLIGSTEIN, 2001, p. 106-107,110,116 ; FLIGSTEIN, 2012, p. 04,07,17,28,84,178-183).

Esses aspectos da Teoria dos Campos são essenciais para o entendimento de como acontecem mudanças políticas, como leis existentes são questionadas por *lobby* nos governos, como ordens hierárquicas são sustentadas em campos como música, culinária, etc (FLIGSTEIN, 2012, p.xii) e, de maior interesse para este artigo, como podem respaldar estratégias, políticas e iniciativas em favor da sustentabilidade.

### **3.2. O neoestruturalismo sob a perspectiva da Teoria dos Campos de Fligstein**

A Teoria dos Campos Estratégicos de Fligstein e McAdam é resultado da compilação de referenciais cognitivos oriundos das escolas de pensamento neoinstitucionalistas de influência americana e europeia. São, portanto, arcabouços interpretativos criados a partir de cenários de nações desenvolvidas e centrais economicamente.

No caso da América Latina e Caribe, grupo de países periféricos do sul geopolítico, impera a tradição da escola de teorias econômicas ligadas ao estruturalismo e neoestruturalismo, pois estas melhor explicam o mundo em desenvolvimento (PÉREZ, 2016, p. 32).

O pensamento estruturalista é centrado em temas que, com ênfases diferenciadas, constituíram seus pilares essenciais ao longo da história latinoamericana: relações de poder e dependência organizada na dualidade centro-periferia, crítica da lei de vantagens comparativas e a predominância da restrição externa, o caráter dual do desenvolvimento econômico em diferentes níveis (conforme revelado em fenômenos como a heterogeneidade estrutural), a existência de uma oferta ilimitada de trabalho (que afeta a distribuição de renda), uma visão do desenvolvimento como mudança estrutural, a necessidade de desenvolvimento orientado pelo Estado em relação ao investimento em infraestrutura e desenvolvimento da produção, inflação como problema de desenvolvimento econômico e necessidade de integração na economia regional e internacional para superar o problema de subdesenvolvimento (PÉREZ, 2016, p. 45-46).

O neoestruturalismo desenvolveu-se para integrar no pensamento estruturalista as mudanças ocorridas na região e, internacionalmente, a partir do final da década de 1980, incluindo a abertura comercial, mobilidade de capitais, privatização e desregulamentação em um contexto de relações mais estreitas com o

resto do mundo na globalização e maior integração regional (PÉREZ, 2016, p. 47).

Longe de ser um conjunto de ideias autocontidas, estruturalismo e neoestruturalismo são sistemas abertos que se prestam ao diálogo com outras tradições de pensamento econômico, como as escolas heterodoxas. Estas incluem um conjunto heterogêneo de abordagens que abrangem as evolucionistas e institucionalistas, a escola de regulação, marxistas e radicais, e pós-keynesianos (PÉREZ, 2016, p. 32).

Todas essas escolas identificam, amplamente, três falhas básicas no funcionamento das economias de mercado: (a) sua incapacidade de garantir o pleno emprego e criar empregos decentes como padrão; (b) sua tendência em gerar uma distribuição arbitrária e desigual de renda e riqueza, e (c) sua propensão à fragilidade e instabilidade financeiras (PÉREZ, 2016, p. 32).

Entretanto, uma diferença marcante entre o neoestruturalismo e o neoinstitucionalismo, incluindo, particularmente, o novo institucionalismo em sociologia econômica sobre o qual se apoia a Teoria de Fligstein, é que nestes últimos o papel dos atores socialmente hábeis e empreendedores institucionais é central para mudanças qualitativas nos mercados (FLIGSTEIN, 2012, p. 03-04). No caso dos países desenvolvidos esse arquétipo pode explicar grande parte das transformações nos campos econômicos, mas na conjuntura das nações em desenvolvimento, em especial na América Latina e Caribe, onde predomina o neoestruturalismo, a tendência é que a influência individual seja obscurecida pela estrutura, por restrições institucionais endêmicas e históricas, sendo a intervenção do Estado de maior relevância para reverter essas limitações (PÉREZ, 2016, p. 69).

#### **4. METODOLOGIA**

Para atingir os objetivos enumerados na Seção 2 uma pesquisa bibliográfica foi conduzida com busca de referências sob a ferramenta Google Scholar a partir do texto [“teoria dos campos” Fligstein], limitada a resultados apenas em português para focalizar o caso brasileiro.

Além disso foram selecionados registros datados a partir do ano de 2012, em que Fligstein e McAdam publicaram seu livro formalizando conceitos e experiências acumulados desde a primeira publicação sobre a teoria em 2001. Com isto, aplicações mais amadurecidas da TCE puderam ser examinadas.

A busca inicial assim configurada retornou 178 trabalhos científicos que foram submetidos a um critério adicional de seleção descartando aqueles que (a) não apresentassem estrutura completa além do resumo, impossibilitando análise mais detalhada do uso da teoria; (b) citassem vagamente a teoria de Fligstein, concentrando-se majoritariamente em outros temas e teorias; (c) não focassem o escopo brasileiro; (d) não pudessem ser consultados por restrição de acesso, por indisponibilidade do servidor do conteúdo ou que fizessem parte de compilações de materiais dificultando sua localização unívoca; e (d) que não se caracterizassem como manuscrito científico, tese de doutorado, dissertação de mestrado, Trabalho de

Conclusão de Curso (TCC), livro ou capítulo de livro.

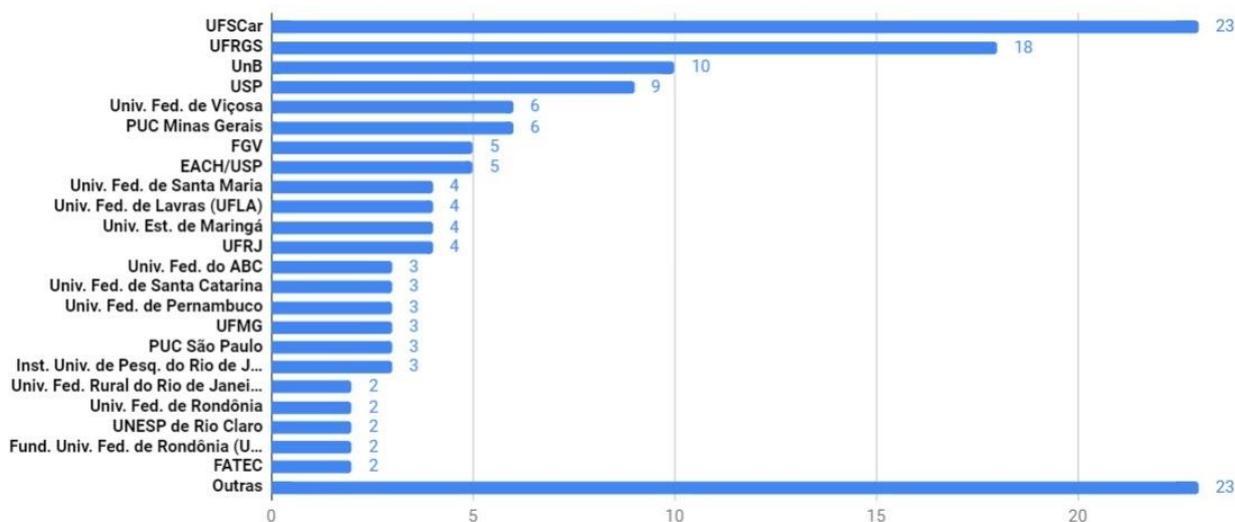
Esses procedimentos reduziram o repositório de exemplares para análise a 154 obras. Todas elas foram examinadas em seu resumo, introdução, conclusão e corpo do texto quanto ao modo de emprego dos diferentes elementos da TCE conforme descritos na Subseção 3.1.

Os resultados da codificação e avaliação da efetividade na aplicação da teoria para essa compilação de amostras, bem como as conclusões da pesquisa são delineados nas próximas seções.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 3 lista as 23 instituições de ensino brasileiras cujos cursos de pós-graduação mais estimularam autores a publicar trabalhos aplicando a TCE de Fligstein e McAdam a partir de 2012. A Universidade Federal de São Carlos (UFScar), particularmente por meio de seu Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, lidera o *ranking*. Mas menos de 20% de seus trabalhos, entre os quais se destaca NETO et al. (2019), voltam-se para inovações sociais em que a cooperação entre atores desafiantes subverte a ordem de assimetrias de poder no campo investigado e garante melhoria em condições socioeconômicas para grupos sociais menos privilegiados.

Figura 3: Instituições de ensino superior que publicaram trabalhos sob a TCE (janeiro de 2012 a agosto de 2020)



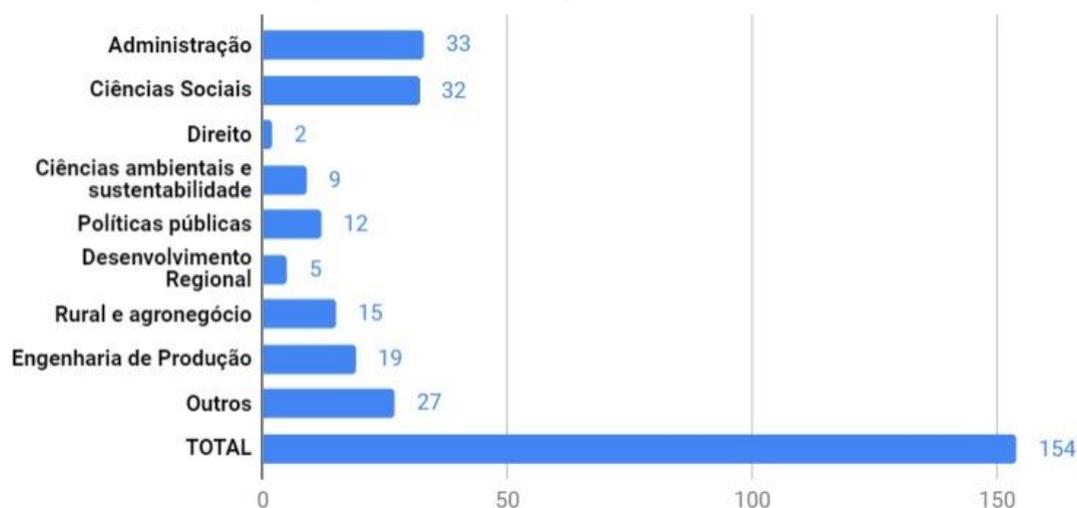
Fonte: Elaboração própria com base nos procedimentos da Seção 4.

As pós-graduações em sociologia, desenvolvimento regional e políticas públicas, além de outras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ocupam a segunda posição. A UnB aparece em seguida, distribuindo suas

publicações especialmente em cursos superiores de administração, políticas públicas, ciências sociais, direito e agronegócio. Nessas produções há maior ênfase às várias dimensões do desenvolvimento sustentável que não apenas a econômica, como a cultural, a social (por intermédio de casos nas áreas da saúde e educação, por exemplo), a ambiental e a institucional (por meio da abordagem às questões do equilíbrio fiscal e corrupção, dentre outras).

A consolidação de produções científicas ilustrando referências mais comuns à TCE por área de conhecimento, em que os estudos de caso são a enorme prevalência, é ressaltada na Figura 4. Ali se confirma que a utilização da TCE a partir de programas dedicados às ciências ambientais e sustentabilidade, independente da instituição acadêmica de origem, atinge o sétimo lugar apenas, perfazendo 5,8% do total de publicações.

Figura 4: Número de publicações empregando TCE por área de conhecimento (janeiro de 2012 a agosto de 2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos procedimentos da Seção 4.

A Figura 5 realça as quantidades de exemplares analisados por categoria da publicação. Particularmente as teses de doutorado, dissertações de mestrado e TCCs permitiram verificar em mais detalhe como os distintos componentes da TCE foram empregados em cada trabalho por seus autores.

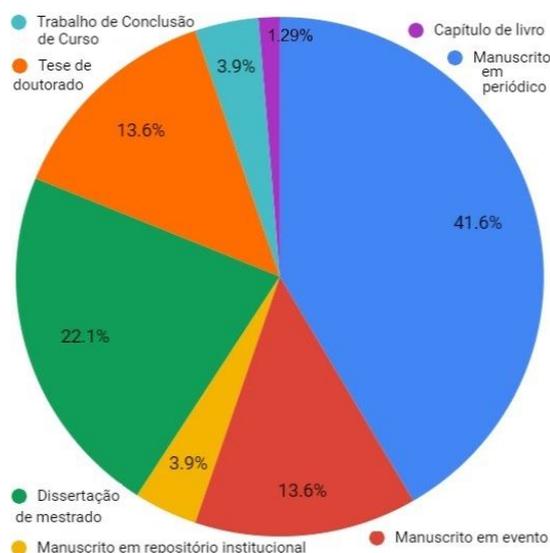
Em várias situações os papéis de atores como dominantes, desafiadores e unidades de governança são utilizados para mapear agentes e/ou suas redes e campos nos estudos de caso especificados. Alguns autores ocupam-se apenas de registrar o surgimento de um novo campo recorrendo aos componentes da TCE. Um deles chega até a apontar futuras configurações possíveis de campos a partir de um estado corrente de distribuição de poder numa arena de disputa entre atores, explorando a técnica de *forecasting* (CSEH, 2018).

As unidades de governança internas e o conceito de atores coletivos estão entre os conceitos menos acessados nas análises sob a TCE estudadas. Por outro

lado, os atributos de habilidades sociais, construção de significados compartilhados e indução à cooperação por atores empreendedores sociais constam em praticamente todos os conteúdos analisados.

De maneira geral, entretanto, essas abstrações manifestam-se por meio de fatos estilizados simplificados por generalizações induzidas pelo *framework* analítico da TCE: se não ocorre a cooperação entre agentes pelos atores hábeis de grupos desafiadores é porque os grupos dominantes estão providos de atores ainda mais hábeis, já que mobilizam recursos em maior quantidade e qualidade do que os desafiadores. Mas não porque estes desafiadores, muitas vezes, são limitados, restritos por estruturas institucionais. Ou porque os dominantes são privilegiados pelo mesmo aparato institucional.

Figura 5: Proporção de publicações por categoria (janeiro de 2012 a agosto de 2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos procedimentos da Seção 4.

Há, portanto, uma tendência ao rompimento com o estruturalismo e o neoestruturalismo do ambiente latinoamericano e uma inclinação ao enfoque neoliberalista e clássico/neoclássico norte-americano em que todos os agentes econômicos competem em igualdade de condições sob cenário institucional neutro. Os melhores recursos dos dominantes lhes são garantidos por habilidades próprias e não - ao menos em parte - pelo favorecimento da conjuntura institucional. E os desafiadores detêm recursos em número e qualidade inferior pela sua inabilidade social e não por condicionantes históricas das instituições que permeiam seu campo e suas arenas de embate por poder.

Nesse sentido, permanece igualmente invisível o papel do Estado como imprescindível para equilibrar tais assimetrias de poder e compensar a restrição

institucional ao empreendedorismo social dos desafiantes nas arenas de conflito. A intervenção estatal por paridade nos episódios de disputa poderia estimular a emergência de novas ordens ao final desses períodos, eventualmente elegendo novos incumbentes ou invertendo os papéis entre dominantes e desafiadores nos mesmos campos ou em campos novos.

Assim, não coincidentemente, nenhum caso analisado culminou em uma evolução qualitativa após um embate por poder, estabelecendo nova ordem. As vitórias nos jogos de poder conquistadas por desafiantes foram sempre aquelas menores e quantitativas, atribuindo vantagens limitadas aos desafiadores. E as contribuições do Estado na transformação institucional para que mudanças qualitativas ocorressem não foram explicitadas na massiva maioria das análises observadas.

Analogamente, os autores frequentemente não indicam com exatidão quais recursos caracterizam os incumbentes como tal. Subentende-se, por exemplo, que as grandes empresas detentoras de volumes mais elevados em capital são sempre dominantes no campo. A lógica desta asserção pode ser desafiada em algumas arenas de disputa em que os desafiantes, geralmente empresas de menor porte ou pequenos produtores individuais, apropriam-se de recursos inovadores como as tecnologias de informação e comunicação (TICs) das redes sociais, sensibilizando a opinião popular e alcançando vantagens políticas, além de outras manobras.

Desta forma, análises ainda mais ricas poderiam classificar papéis incumbentes e desafiadores não como permanentemente fixos ou estáveis, mas dinamicamente assinalados aos atores no instante de sua entrada e de suas interações nas arenas de disputa. Incumbentes e desafiadores seriam identificados de acordo com os recursos de que se apropriam para competir nos jogos de poder e, claro, segundo as condicionantes da infraestrutura institucional que os fortalecem ou os enfraquecem para as batalhas nos campos. O capital figuraria como um dentre vários recursos e o Estado, assim como as unidades internas de governança, necessariamente seriam avaliados quanto à sua influência no incremento ou atenuação de poder dos incumbentes no decurso de cada embate.

Assim, dada uma vitória ou derrota de quaisquer desses atores em episódios de disputa, seria factível apurar qual o nível de contribuição da agência ou habilidade social individual dos agentes, de seus recursos, das instituições e, particularmente, do próprio Estado. Com isto, as inovações sociais bem-sucedidas poderiam ser reproduzidas com maior eficácia e a experiência de aprendizado institucional seria mais tangível e representativa.

De fato, uma das obras examinadas similarmente critica o realce excessivo à habilidade social dos atores nos usos (ou abusos) do apelo ao referencial analítico da TCE. Nela, o autor demonstra a participação decisiva do Estado na ação regulatória contra vantagens econômicas indevidamente mantidas pelo poder excedente dos incumbentes em campos de ação (CARNEIRO, 2016).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a efetividade da aplicação, pela comunidade acadêmica brasileira, da Teoria dos Campos Estratégicos (TCE), arcabouço metodológico proposto por Fligstein e McAdam no início dos anos 2000.

A inovação metodológica formalizada pela publicação, em 2012, de tal *framework* em sua íntegra começa pela abrangência em combinar quadros cognitivos derivados da sociologia econômica, dos movimentos sociais e das teorias institucionais sociológica e política para contrapor-se aos modelos clássicos e neoclássicos que circunscrevem os agentes econômicos a posições subsocializadas ou supersocializadas. O desfecho esperado é que, destacando o contexto de imersão social nos processos de transformação de mercados, nem sempre subordinados à racionalização e otimização de lucros ou alocação de recursos pelos atores econômicos, a TCE se notabilize como referencial teórico-analítico no apoio a estratégias para sustentabilidade e empreendedorismo social.

Entretanto, a análise bibliográfica efetuada pela pesquisa que respalda este artigo revela que somente 5,8% das publicações científicas produzidas por autores brasileiros a partir do ano de 2012, em que se supõe amadurecimento no uso da TCE, provém das áreas de ciências ambientais e sustentabilidade. A maioria dos trabalhos originam-se no âmbito da Engenharia de Produção, sendo que menos de 20% destes focalizam inovações sociais em que a cooperação entre atores transgride assimetrias de poder nos campos investigados, promovendo grupos sociais menos privilegiados a melhores condições socioeconômicas.

Grande parte das obras se concentram entre manuscritos de periódicos (41,6%), muitos derivados de dissertações de mestrado (22,1%), seguidas de teses de doutorado (13,6%), sobressaindo-se os programas de pós-graduação da UFSCar, UFRGS e UnB como a gênese dessas fontes.

A perspectiva de estudo de caso exercitada pelos autores, figurando como a massiva maioria das referências observadas, não se atém apenas ao domínio econômico e de mercados, mas as abstrações da TCE sob suas óticas avançam para outros pilares do desenvolvimento sustentável, como o cultural, social, ambiental e institucional, abordando casos nos setores de saúde e educação, bem como, dentre outras, questões do equilíbrio fiscal e corrupção.

As funções atribuídas à TCE sob tais escopos também são bastante variadas, passando pelo mapeamento de atores nos campos sob os papéis de incumbentes, desafiadores e unidades de governança interna, o surgimento de novos campos e até a previsão (*forecasting*) de movimentações estratégicas nos campos a partir de uma dada configuração de poder entre os atores.

Em todos esses cenários o quadro analítico da TCE propicia um enriquecimento inédito e importante à interpretação de resultados empíricos alicerçada sobre as metáforas de jogos de poder em arenas de disputa. Contudo, e em parte pelo seu alcance de nível meso, a TCE também impõe certas limitações à eficácia nas análises, pois na quase totalidade dos estudos inspecionados a associação de papéis aos atores nos campos ocorreu por intermédio de fatos

estilizados e não devidamente justificados. Por exemplo, a detenção de maior volume de capital para identificar como incumbente um agente no campo, quando outros recursos, comumente os tecnológicos, podem qualificar atores, mesmo desafiantes, como mais poderosos nas arenas de disputa por poder. Curiosamente, a racionalidade explicada pela maximização de recursos financeiros é exatamente uma das subsocializações que a TCE busca superar.

Porém o abuso que mais compromete a efetividade no emprego da TCE é a agregação exacerbada de relevância à habilidade social dos atores empreendedores: em praticamente todas as bibliografias visitadas, os melhores recursos permanecem sob o controle dos incumbentes por suas habilidades próprias, assim como os desafiantes mobilizam recursos em número e qualidade inferiores por habilidade social insuficiente. A preponderância do aparato institucional nessas assimetrias de poder é negligenciada e a responsabilidade do Estado, obscurecida.

Mas no Brasil, assim como em outros países latinoamericanos, não predomina o clima econômico tipicamente estável dos países desenvolvidos do norte geopolítico, o berço da TCE, em que a infraestrutura institucional e a relativa neutralidade do Estado preservam uma certa igualdade entre agentes nos embates por poder, engendrando um neoliberalismo localmente menos corrosivo. Ao contrário, na América Latina, conforme vislumbram os estruturalistas e neoestruturalistas, mazelas históricas prevalecem institucionalmente, decorrentes das relações duais centro-periferia, como dependência e restrições externas, heterogeneidade estrutural e desigualdade na distribuição de renda, dentre outras.

Tais condicionantes, que seguem omissas nas obras exploradas, são decisivas na inibição de atores sociais hábeis entre os desafiantes e no empoderamento dos incumbentes no panorama das nações em desenvolvimento latinoamericanas.

Outrossim, evidenciar o posicionamento estatal como agente de equilíbrio no delineamento dos jogos de poder pela TCE é uma oportunidade que pode ser melhor aproveitada pela comunidade acadêmica brasileira em sua difusão da metodologia inovadora de Fligstein e McAdam. Tal prática disseminaria lições aprendidas e melhores práticas que estimulariam transformações qualitativas edificadoras de novas ordens nos campos estratégicos, homogeneizando a distribuição de poder entre atores e, eventualmente, promovendo desafiantes a incumbentes.

Tais usos menos abusados melhor conciliariam a realidade neoestruturalista latinoamericana aos novos institucionalismos em economia e sociologia de viés norte-americano da TCE, auxiliando-a no cumprimento de seu potencial virtuoso que transcende a análise econômica de mercados para ferramenta de suporte ao empreendedorismo e inovação social e ao atingimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carneiro, M. S. (2016). Mercado e contestação: a atuação da crítica social e as transformações nas estratégias das empresas siderúrgicas de Carajás (1988-2012). *Política & Sociedade*, 15(33), 282-313.

Cseh, A. (2018). Mapeamento do campo da gestão de resíduos orgânicos na cidade de São Paulo (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Fligstein, N., & McAdam, D. (2012). *A theory of fields*. Oxford University Press.

Fligstein, N. (2001). Social skill and the theory of fields. *Sociological theory*, 19(2), 105-125.

Fowler, M. (2004). *UML distilled: a brief guide to the standard object modeling language*. Addison-Wesley Professional.

Disponível, em 19/06/2017, sob <http://dspace.elib.ntt.edu.vn/dspace/bitstream/123456789/7251/1/UML%20Distilled.pdf>

Granovetter, M. (1985). Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American journal of sociology*, 91(3), 481-510.

Malerba, F., & Mani, S. (Eds.). (2009). *Sectoral systems of innovation and production in developing countries: actors, structure and evolution*. Edward Elgar Publishing.

Nee, V. (2005). The new institutionalisms in economics and sociology. *The handbook of economic sociology*, 2, 49-74.

Neto, M. M., Ramos, R. F., & Dalla Antonia, L. (2019). Parceiros Na Expansão Da Agroecologia Em São Paulo. *Revista Interface Tecnológica*, 16(1), 393-405.

Pérez, C. E. (2016). A time to reflect on opportunities for debate and dialogue between (neo) structuralism and heterodox schools of thought. *Neostructuralism and heterodox thinking in Latin America and the Caribbean in the early twenty-first century*. Santiago: ECLAC, 2016. LC/G. 2633-P. p. 31-83.

Tushman, M. L., & Murmann, J. P. (1998). Dominant designs, technology cycles, and organization outcomes. *Acad. Manag. Proc.* 1998 (1), A1–A33 (1998).

Vargo, S. L., Akaka, M. A., & Wieland, H. (2020). Rethinking the process of diffusion in innovation: A service-ecosystems and institutional perspective. *Journal*

of Business Research.